

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Operação Estatística – Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais Comuns

Código: 497

Versão: 1.0

Setembro de 2010

INTRODUÇÃO

A operação estatística “Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais Comuns” tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre estabelecimentos prisionais e reclusos.

Esta operação estatística iniciou-se em 1984, após o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPIJ) ter sido constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça, assumindo a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes, neste caso concreto, à informação sobre estabelecimentos prisionais e reclusos.

A operação estatística tem-se mantido sem alterações significativas desde a data em que se iniciou a recolha de dados.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

497 / 1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável

3. Designação

Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais Comuns.

4. Actividade Estatística

40 – Justiça

405 – Estatísticas de Execução de Penas e das Medidas de Intervenção Social

406 – Estatísticas dos Reclusos em Estabelecimentos Prisionais Comuns.

5. Objectivos

Esta operação estatística visa recolher informação sobre os estabelecimentos prisionais e os reclusos, nomeadamente sobre:

- Número e características dos estabelecimentos prisionais;
- Pessoal ao serviço;
- Movimento de reclusos, e algumas características pessoais dos mesmos.

6. Descrição

A presente operação estatística contempla o número de estabelecimentos prisionais e o número de reclusos.

Caracteriza-se por: ser um recenseamento; ter periodicidade anual; âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; com recolha através de questionário electrónico (Excel - pré formatado idêntico ao anterior questionário em papel), tendo como unidade estatística de observação, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, tratamento, análise e difusão da informação relativa aos estabelecimentos prisionais e reclusos.

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das dotações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro - Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade.

Decreto-lei n.º 125/2007, de 27 de Abril – Define a orgânica da DGSP.

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

Nacionais:

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

17. Data de início/Fim

1984 – Início da recolha de dados junto da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, através de inquérito em suporte papel;

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação: A disponibilização da informação anual ocorre 5 meses (150 dias) após o fim do período a que os dados se reportam.

Designação: Estatísticas dos Estabelecimentos Prisionais Comuns.

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos.

Periodicidade de disponibilização: Anual.

Nível Geográfico (mais desagregado) : País.

Tipo de disponibilização: Não sujeito a tarifação.

Utilizadores: Todos os referidos no ponto 16.

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo coincide com o universo de referência (Estabelecimentos Prisionais).

20. Base de Amostragem

Ficheiro da unidade de observação (Estabelecimentos Prisionais)

21. Unidade(s) Amostrais

Estabelecimento Prisional.

22. Unidade(s) de Observação

Estabelecimento Prisional.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

A informação desta operação estatística é reportada através de questionário em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, quer pela DGPJ, quer por parte da entidade notadora.

É desconhecido o tempo médio de preenchimento do questionário pela entidade notadora.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Ano n ;

Período de Recolha(Transmissão de dados): Ano $n+1$;

Data de Expedição: Até 3 meses antes do momento do preenchimento dos dados que ocorre durante o primeiro trimestre do ano seguinte a que se refere a informação estatística.

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: De 1984 a 1997: questionário em papel – via postal; de 1998 a 2004, recolha simultânea em formato papel e diskete. A partir de 2005 recolha por questionário electrónico (Excel).

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Resposta efectiva do respondente;

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

Disponibilização de apoio aos respondentes: Manual de preenchimento.

Formação aos entrevistadores: Não aplicável

Captura dos dados

Entrada de Dados: Recolha electrónica através de questionário electrónico (Excel)

Codificação: Manual

Software Utilizado:

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

Microsoft Excel e Adobe Acrobat

26. Tratamento dos dados

Os dados são enviados pela entidade notadora através de questionário electrónico (Excel) (mapas pré-formatados idênticos ao anterior formulário em papel), sendo depois preparados e validados pela DGPJ, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico, sinais convencionais, e avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. Findo este processo, os dados são convertidos em formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

27. Tratamento de não respostas

Não se aplica.

28. Estimação e obtenção de resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

Mesmo tratando-se de apenas um respondente os valores que são transmitidos para as variáveis a divulgar são sujeitos a segredo estatístico.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão – Não aplicável.

Coerência – Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados, com os anos anteriores.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

III – CONCEITOS

356 – Condenado. Pessoa contra quem foi proferida sentença que aplique pena ou medida de segurança privativas da liberdade, pena pecuniária ou outra reacção criminal não detentiva;

365 – Crime. Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática;

5652 – Evasão de preso. Consiste na fuga de pessoa legalmente privada de liberdade;

5653 – Motim de presos. Consiste numa acção colectiva dos reclusos com vista a atacar alguém encarregado da sua guarda, vigilância ou tratamento ou à promoção da sua evasão ou da evasão de terceiro;

425 – Prisão. Sanção principal de natureza criminal correspondente à privação da liberdade por tempo limitado com vista à prevenção de futuros crimes e à reintegração do condenado na sociedade;

427 – Prisão preventiva. Consiste na privação da liberdade anterior à condenação penal transitada em julgado com fins essencialmente processuais: evitar a fuga, a perturbação do processo ou a continuação da actividade criminosa do arguido.

IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- Estabelecimentos prisionais;
- Lotação dos estabelecimentos prisionais;
- Pessoal ao serviço;
- Movimento de reclusos;
- Reclusos por estabelecimento;
- Sexo dos reclusos;
- Nacionalidade dos reclusos;
- Instrução dos reclusos;
- Escalões etários dos reclusos;
- Situação penal do recluso;
- Penas e medidas aplicadas ao recluso;
- Reclusos condenados segundo o crime;
- Reclusos segundo a situação penal;
- Motivo da saída dos reclusos;
- Mortes de reclusos segundo a causa;
- Reclusos evadidos.

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

35. Informação a disponibilizar

Com esta operação estatística visa-se disponibilizar informação sobre:

- Estabelecimentos prisionais, pessoal ao serviço e reclusos, de acordo como os parâmetros definidos no ponto 33.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Questionário electrónico;

37. Ficheiros

Não aplicável.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

DGSP- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>
- Website da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais: <http://www.dgsp.mj.pt>